



3.5 • Metamorfozes da violência

Mudança nas Forças Armadas: do povo armado aos exércitos profissionais

Luís Valença Pinto

FORAM MUITAS E PROFUNDAS as transformações ocorridas nas Forças Armadas ao longo dos últimos cem anos, como não podia deixar de ser em função das extraordinárias mutações políticas, sociais, estratégicas, científicas, tecnológicas e culturais que este ciclo histórico nos trouxe.

A mudança na natureza dos efetivos é uma dessas transformações. Não é um processo de expressão universal. Pelo menos por enquanto, a sua emergência circunscreve-se basicamente às sociedades ocidentais e teve tradução particularmente significativa no pós Guerra Fria.

Também não reflete uma maneira diferente de organizar as Forças Armadas. Os recursos e, no seu contexto, os decisivos recursos humanos, tendo sempre influência nessa estruturação, são, a esse propósito, essencialmente instrumentais e apenas isso.

A opção por Forças Armadas profissionais encontra sobretudo racional e fundamento na profunda alteração do contexto político-estratégico e em modernos parâmetros sociais, aí se incluindo o sentimento das opiniões públicas.

A mudança

Ao promover, por critério ideológico, a identidade entre nação e instrumento militar, a Revolução Francesa deu expressão máxima à conscrição. O exército era o povo em armas, tendo como implícito o critério político fundamental da plena submissão do exército à nação (Mira Vaz, 2002). Durante o século XIX e até à I Guerra Mundial, foi este o entendimento que generalizadamente perdurou.

Mas foi precisamente com a I Guerra Mundial que começou a despontar a reserva quanto ao modelo da conscrição, que muitos consideraram então como insuscetível de produzir militares aptos a gerir nos melhores termos os equipamentos diferentes e tecnologicamente avançados que surgiram durante esse conflito (Mira Vaz, 2001). Numa interessante reflexão, o ten-general Cabral Couto considera, em síntese, que as Forças Armadas de conscrição são características de três tipos de Estados: os que avaliam fazer face a grandes ameaças de segurança, os Estados jovens que, como tal, enfrentam importantes objetivos de consolidação nacional e, finalmente, os Estados não-democráticos, fortemente ideologizados. E que as Forças Armadas profissionais, apenas integradas por voluntários, são típicas dos Estados que não pensam ter de travar um conflito militar no seu território e dos Estados cujos regimes democráticos optam por Forças Armadas com menores efetivos e melhores equipamentos (A. Cabral Couto, 2012).

Naturalmente é uma abordagem suscetível de discussão. Mas facto é que a profissionalização

militar encontra raízes na tradição anglo-saxónica, em particular nos Estados Unidos e no Reino Unido, países de forte marca democrática, de sabidas preocupações em matéria de custo-eficácia e que há muito não têm a experiência de invasões do solo pátrio.

Após os regressos à conscrição ditados pelos dois conflitos mundiais e, no caso norte-americano, também pela Guerra do Vietname, verificou-se num caso e no outro, nos finais da década de 1960 e início da de 1970, o estabelecimento de um serviço militar de base profissional, exclusivamente assente em voluntários. Na mesma esteira foram o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, países da Commonwealth, cujo pensamento em matéria de Defesa é fortemente influenciado pelas conceções britânicas.

Posteriormente, em particular durante a década de 1990 e na década inicial deste século, a grande maioria dos Estados membros da NATO e da União Europeia adotaram igualmente esse tipo de modelo.

De algum modo trata-se de países com democracias consolidadas e, em que começaram a prevalecer preocupações de segurança cooperativa.

Exceção-se basicamente os países escandinavos, embora todos eles, mantendo a conscrição, tenham ampliado muito significativamente os seus contingentes de voluntários, além de a Suécia ter decidido o fim da conscrição e antecipe atingir a plena profissionalização em 2018. Ressalva também para os casos da Grécia e da Turquia, naturalmente muito determinados pela tensão que persiste entre ambos os Estados. E, evidentemente, para a Suíça, cujo modelo militar é, a vários títulos, singularíssimo e porventura insuscetível de réplica noutras sociedades.

Os fundamentos da mudança

A opção de substituir conscritos por voluntários profissionais ou semi-profissionais baseou-se em vários racionais, cuja síntese pode ser talvez enunciada pela evidência de que as Forças Armadas não escapam às tendências da pós-modernidade (Fabrizio Battistelli, 2004).

Mas é interessante tentar reconhecer e entender os parâmetros fundamentais desta mudança. Sem pretensões de exatidão, podem referir-se três como principais.

Em primeiro lugar, é incontroverso que para as sociedades ocidentais o contexto político e estratégico é hoje outro. Não se identificam ameaças militares diretas que ponham em causa a independência ou a integridade territorial, abundam as ameaças e os riscos transnacionais e assimétricos a que se procura dar resposta longe das fronteiras tradicionais, evoluíram o modelo e o conceito de Segurança, hoje muito procurada por via

cooperativa e atenta à dimensão humana, mediante parcerias e através de uma ação multidimensional e interdisciplinar, no que os militares são um vetor entre múltiplos vetores, ainda que relevantíssimo e indispensável.

A isto se soma, em segundo lugar e seja qual for a sua absoluta justeza, um escrutínio da opinião pública sem precedente no passado e os sentimentos que daí resultam.

Finalmente, o debate centrado em torno de preocupações ligadas à importante questão dos custos.

Do primeiro e porventura principal parâmetro decorreram várias coisas. Desde logo a circunstância, que passou a ser pedido aos militares que defendessem a pátria, não dentro de fronteiras mas sim longe, em zonas menos presentes nos imaginários e nos registos históricos nacionais. Isso não mudou o preceito essencial que corresponde à disponibilidade dos militares para darem a vida pelo seu país mas, perante os próprios militares e perante a coletividade nacional, alterou profundamente as circunstâncias dessa dívida, tornando nítido que para essas novas condições era mais adequado um novo tipo de militares.

“
[...]a profissionalização militar [implica] um debate determinado por questões objetivas de contexto histórico, político, estratégico, social e económico [...]”

Ao mesmo tempo os conflitos contemporâneos fizeram apelo a outros aspetos. Desde logo uma grande adaptabilidade para melhor enfrentar os desafios da incerteza e da instabilidade que marcam os nossos tempos. Depois uma maior capacidade para agir em sociedades estranhas, para interagir com outros fatores da ação estratégica e para perceber, com considerável autonomia individual e mesmo nos baixos escalões de emprego tático, o potencial impacto político e psicológico de ações da conduta militar, sabendo portanto decidir e agir em conformidade. Tudo isto são desenvolvimentos que implicam uma preparação de duração incompatível com o período típico do serviço por conscrição, mas que passou a ser possibilitada com militares profissionais.

Na mesma linha se situa a dimensão tecnológica. Os contingentes são hoje culturalmente mais evoluídos e mais aptos a aprender, mas as Forças

VISÕES CLÁSSICAS SOBRE MILITARES E SOCIEDADE. UMA BREVISSIMA SÍNTESE

Nas décadas de 1950 e 1960 afirmaram-se duas interpretações acerca das relações entre militares e sociedade e da consequente caracterização da profissão militar. Propuseram-nas Samuel Huntington e Morris Janowitz. Posteriormente Charles Moskos elaborou sobre os mesmos temas. Essas três interpretações são hoje referências clássicas.

Para Huntington, acima de tudo preocupado com o controlo político das Forças Armadas, aspeto do seu pensamento nem sempre completamente compreendido, prevalecia um modelo dito institucionalista, em que os militares, sendo uma profissão bem diferenciada e específica, com traços bastante permanentes, não detêm preocupações políticas e constituem, de modo tendencialmente permanente, um corpo à parte na sociedade.

A tese de Janowitz é de natureza funcionalista ou ocupacional, isto é, as Forças

Armadas são entendidas como parte integrante da sociedade, detendo nela responsabilidades, funções e competências próprias, mas com caráter evolutivo e dinâmico, podendo tender a assemelharem-se às organizações não militares.

Moskos, escrevendo na década de 1980, elaborou o que na prática pode ser considerada uma síntese dessas duas correntes, propondo um modelo pluralista, que acomodasse uma perspectiva institucional para as dimensões combatentes, diretamente ligadas ao exercício da violência e uma perspectiva funcional para as restantes dimensões das Forças Armadas.

Apesar de ultrapassadas, as três teses continuam a oferecer um útil instrumento analítico e interpretativo, ainda que, objetivamente, não definam opções relativamente à inserção dos aparelhos militares nas sociedades, ou à definição da natureza e tipo profissional dos seus membros.

Armadas operam equipamentos e meios tão sofisticados que é agora necessária uma formação mais longa e mais cuidada. E isso não se mostra viável no caso da conscrição.

A desigualdade e o desequilíbrio social que a partir de certa altura caracterizaram a conscrição foram catalisadores muito importantes desta transformação. De facto e sobretudo nos tempos posteriores à Guerra Fria, ocorreu compreensivelmente uma diminuição da dimensão das Forças Armadas ocidentais, com imediatas consequências no volume dos seus efetivos. Ainda que o preceito da obrigatoriedade do serviço militar continuasse a ser considerado geral e universal, o número de incorporados reduziu-se muito por comparação com o contingente para o efeito disponível, definindo desigualdades e acarretando mal-estar social, agravado pela circunstância de, no caso mais comum, essa incorporação limitada incidir sobre os jovens de condição social mais baixa. Por exemplo, no caso português o número de incorporados chegou a ser da ordem de um terço dos homens recrutáveis e, com poucas exceções, muito assente nos jovens de menor escolaridade e maior debilidade económico-social.

A isto se somou a questão do género. No contexto dos esforços por plena igualdade de género e no entendimento que a defesa nacional, sendo um dever, era simultaneamente um direito, as mulheres reivindicaram a oportunidade de servir nas fileiras, o que, aumentando pelo menos para o dobro o efetivo em situação de incorporação, confirmou a inadequação da conscrição para esse propósito.

A equação dos custos foi também parte do debate. Mas, porventura este aspeto nunca foi completamente avaliado. É certo que os novos militares profissionais trouxeram maiores encargos, nomeadamente com salários e prestações sociais, mas não é menos verdade que, abandonando a conscrição, foi possível reduzir o número de quartéis e obter desempenhos melhores ou equivalentes com efetivos mais reduzidos. Refira-se ainda que é tudo menos verosímil que, numa situação de relativa paz, de contingentes mais escolarizados e numa sociedade com novos hábitos e exigências, fosse pensável manter conscritos com os exíguos soldos que era corrente auferirem.

Assegurar em quantidade e qualidade o número

de voluntários necessários foi em si mesmo um desafio com claras implicações para esta transformação das Forças Armadas.

Em primeiro lugar tratou-se de substituir a clássica e passiva atitude do recrutamento, em que competia aos cidadãos apresentarem-se para cumprir uma obrigação, por uma atitude aguerrida e imaginativa de obtenção de recursos humanos, numa ação em que a iniciativa passou a caber essencialmente às Forças Armadas e não aos cidadãos. A esta mudança, que seria assinalável apenas como alteração de uma prática secular, correspondeu uma decisiva evolução de mentalidade no sentido geral da transformação militar.

Mesmo perante o espectro de não satisfação dos efetivos pretendidos, a exigência nos padrões de seleção e formação foi outro passo nesse sentido. Ao mesmo tempo abriram-se as fileiras às mulheres, confirmando-se que essa nova situação, trazendo requisitos novos, não gerou significativas afetações, designadamente de caráter operacional.

Com o receio de não alcançarem os efetivos profissionais que pretendiam, alguns países aceitaram incorporar nas suas fileiras cidadãos de outras nacionalidades. Por exemplo, nos casos de Espanha, a latino-americanos de língua castelhana e da Holanda, a nacionais do Suriname. Em Portugal, em 2004, os responsáveis políticos não excluíram essa eventualidade se tal se mostrasse necessário, ao que se opuseram com sucesso as autoridades militares, vivamente empenhadas na preservação do caráter nacional das Forças Armadas e que viam nessa hipótese uma ruptura de natureza histórica com graves implicações.

Essa aposta foi decisiva para resolver o problema fundamental da profissionalização militar, que consiste em salvaguardar e se possível reforçar a ligação dos seus elementos aos valores nacionais, estimulando a compreensão de que o serviço que prestam é conduzido no interesse da comunidade e realizado em nome e ao serviço da nação. Com esta postura, que nada tem de artificial, salvaguarda-se o vínculo essencial entre a nação e as suas Forças Armadas e garante-se a coerência entre condição militar e cidadania. eliminando-se a leitura redutora de que esses laços fundamentais são exclusivos da conscrição.

Na delicada matéria que sem dúvida é a profissionalização militar, as Forças Armadas entenderam que o debate não podia ser um debate abstrato, antes que era um debate determinado por questões objetivas de contexto histórico, político, estratégico, social e económico, que a ele não correspondiam, numa fatal relação de causa-efeito, as dimensões da *desnacionalização* e da *civilinização* da instituição militar e que, o que era verdadeiramente construtivo era reunir as condições e as regras que garantissem a possibilidade de «fazer da necessidade virtude» (Battistelli, 2004). ■

Referências

- BATTISTELLI, Fabrizio, Os militares e os desafios da pós-modernidade. O caso italiano, in *Nação e Defesa*, nº 107, primavera 2004.
- COUTO, Abel Cabral, Forças Armadas, Sociedade e Cidadania, in *Revista Militar*, nº 2531, dezembro 2012.
- VAZ, Nuno Mira, A profissão militar. Um modelo à procura de sustentação, in *Nação e Defesa*, nº 98, verão 2001.
- VAZ, Nuno Mira, *Civilinização* das Forças Armadas nas sociedades demoliberais, Col Atena, Lisboa, 2002.